

VILA REAL STº ANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ⓔ 2
Alexandra

ATA N. 9/2011

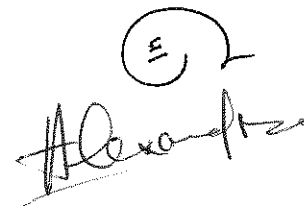
*Aos trinta dias do mês de Novembro do ano dois mil e onze, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, em Vila Real de Santo António, na Biblioteca Municipal, encontrando-se presente o excelentíssimo senhor **Eduardo Luís Silva Pereira**, Presidente da Assembleia Municipal, comigo, **José Domingos Teixeira Pires**, primeiro secretário, **Maria do Rosário Papafino Proença**, segundo secretário, e os membros eleitos, António Manuel Cipriano Cabrita, José João Calvinho Corvo, Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança, Maria de Lurdes Lopes, Maria da Conceição Freitas Henrique Granado, João Manuel Cabrita Fernandes, António Ruivo da Palma, Sandra Madeira, José Roberto Leitão Guerreiro, Antónia Maria Romão Viegas Araújo Romão, Luís Miguel Guerreiro Romão; pelo P.S.D; João José da Costa Ribeiro, Vítor José da Cruz Pereira, Carina Querido Rosado, Maria Luísa Currito pelo P.S. e José Estêvão Correia da Cruz, Luís Manuel Negrão Vargas pela CDU. Conforme Edital Convocatório de 21 de Novembro de 2011, reuniu em sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.*

ABERTURA DA SESSÃO – verificou-se a presença de todos os membros. O Sr. Presidente da Assembleia convidou a Sr.ª Maria do Rosário Papafino Proença para fazer parte da mesa.

SUBSTITUIÇÕES – Pedido de substituições da bancada do PSD, Andreia Denise Machado, Ramiro Inácio, Fernanda Vicente, Bruno Conceição, Aurelina Pires, Filipe Marcelino, Maria Fátima Nogueira, Pedro Miguel Ribeiro substituídos por António Ruivo da Palma e João Manuel Cabrita Fernandes, Pedido de substituições da bancada do PS, Luís da Rosa Fernandes, e substituída Carina Querido Rosado.

FALTAS: Alexandre Drago Madeira. A falta foi justificada posteriormente.

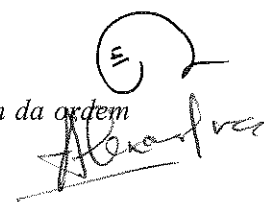
PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

1. *EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES;*
2. *APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA Nº 8 /2011 DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;*
3. *APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E O MUNICIPIO DO SAL, CABO VERDE;*
4. *APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ADESAO À REDE RIACIM - REDE IBERO-AMERICANA DE CIDADES MÉDIAS;*
5. *APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO INCREMENTO DA COMPETITIVIDADE ECONÓMICA DO CONCELHO ATRAVÉS DA REDUÇÃO DAS TAXAS APLICÁVEIS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO E DE MANDATO DE APLICAÇÃO DE DESCONTO;*
6. *APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO CONTRATO – PROGRAMA ENTRE O MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA E.M-S.A., PARA A ORÇAMENTAÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RAMAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS;*
7. *APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ADENDA PARA ALTERAÇÃO AO CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA E.M-S.A, PARA A REABILITAÇÃO E EXPLORAÇÃO CONJUNTA, DE IMÓVEIS SITUADOS NO CENTRO HISTORICO;*
8. *APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS;*
9. *APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS;*
10. *APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM;*
11. *APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DE MONTE GORDO NASCENTE.*

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES

= O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos assuntos que constam da ordem do dia.



2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA Nº 8 /2011 DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;

A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar a acta nº 8 de 2011, com 5 abstenções por não terem estado presentes na referida sessão.

Abstenções: João Cabrita, Ruivo da Palma, Carina Rosado, José Roberto, Luísa Currito.

3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E O MUNICÍPIO DO SAL, CABO VERDE;

Intervieram os Srs. Deputados Municipais Luísa Currito, Sr. Presidente da Câmara Municipal e o João Ribeiro.

A Sr^a Deputada Luísa Currito disse que o voto do PS iria ser de concordância e de apoio. Mas iria solicitar esclarecimentos, sabendo-se que já houve deslocações a Cabo Verde no âmbito deste protocolo que o Sr. Presidente informasse quem integrou a comitiva, quais foram os empresários do concelho assim como os técnicos. Enfim fazer um ponto da situação.

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu dizendo que o que iria ser feito era um intercâmbio entre os Municípios envolvidos, a comitiva que já lá foi, foi nomeada pelo executivo da Câmara Municipal. Embora as áreas a serem mais contempladas serão os serviços Sociais, Desporto e a troca de Culturas.

O Sr. Deputado João Ribeiro disse que atendendo às circunstâncias atuais, é bom que estes acordos não tenham só um sentido; quanto à saúde, é bom termos presente que no nosso País, no mundo somos dos melhores com valências nas áreas da saúde, tendo bastantes conhecimentos a passar aos outros.

Assim, este tipo de ~~ger~~minação deve promover as atividades e potencialidades do nosso concelho.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação.

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ADESAO À REDE RIACIM - REDE IBERO-AMERICANA DE CIDADES MÉDIAS;

E
Alcides

Não houve intervenção dos membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente colocou a proposta a votação.

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO INCREMENTO DA COMPETITIVIDADE ECONÓMICA DO CONCELHO ATRAVÉS DA REDUÇÃO DAS TAXAS APLICÁVEIS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO E DE MANDATO DE APLICAÇÃO DE DESCONTO;

Não houve intervenção dos membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente colocou a proposta a votação.

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO CONTRATO – PROGRAMA ENTRE O MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA E.M.S.A., PARA A ORÇAMENTAÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RAMAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS;

Interveio o Sr. Deputado Municipal José Cruz, António Cabrita e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

O Sr. José Cruz disse que os serviços assim iriam ser duplicados. Ou seja com esta proposta a Câmara, continua a entidade fiscalizadora mas a SGU responsável.

Não é contra as Empresas Municipais nas sim contra a quantidade de serviços que a SGU, o que não se justifica, porque a Câmara Municipal pode cumprir com esses serviços.

O Sr. António Cabrita disse que Câmara Municipal de Almada tem o maior número de Empresas Municipais do País.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, esclareceu que em relação à constituição da Empresa Municipal, não iria contra o sentido de opção do Sr. José Cruz, visto que o mesmo tem um sentido público distinto.

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.



Com:

21 votos favoráveis, 17 da bancada do PSD e 4 da bancada do PS;

2 votos contra da bancada CDU.

7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ADENDA PARA ALTERAÇÃO AO CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA E.M-S.A, PARA A REABILITAÇÃO E EXPLORAÇÃO CONJUNTA, DE IMÓVEIS SITUADOS NO CENTRO HISTORICO;

Interveio o Sr. Deputado Municipal João Ribeiro.

O Sr. João Ribeiro solicitou esclarecimentos ao Executivo da Câmara Municipal sobre uma nota, a indicar o voto foi favorável da Sr.^a Vereadora Jovita Ladeira, em reunião de Câmara, mas ainda não se encontra essa nota neste processo.

O. Presidente da Câmara Municipal disse que iria ser acrescentado um ponto o qual iria ser registado em ata.

A sua aceitabilidade de concurso, a sua adjudicação ficará sempre sujeita a notificação da Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

Com:

21 votos favoráveis, 17 da bancada do PSD e 4 da bancada do PS;

2 votos contra da bancada CDU.

A bancada do PS entregou declaração de voto.

8. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS;

Intervieram os Srs. Deputados Municipais Luísa Currito, José Cruz, Carlos Lança e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

A Sr.^a Luísa Currito disse que a posição do PS neste ponto é coerente com a tomada na CM. Reforçamos os argumentos de que a autarquia poderia ter consideração pela situação difícil em que se encontram as famílias, sem abonos, sem subsídios, com as despesas da educação dos filhos e algumas no desemprego. Se houve altura em que se deveria baixar as taxas a aplicar é esta. O IMI representa uma despesa difícil de suportar em altura de crise tão acentuada.

O Sr. José Cruz disse que a Câmara Municipal estava um pouco pendente da taxa da coleta para o I.M.I., pelo que essa sobretaxa permitia considerar valores mais baixos. Por isso não iria votar favoravelmente. Neste tempo de crise é de justificar que a Câmara Municipal, agora perca dois ou três por cento mas mais tarde irá recuperar. O que irá favorecer neste momento os municípios.

O Sr. Carlos Lança disse que todos os Municípios estavam a passar grandes dificuldades o que vai neste momento dificultar a redução das taxas visto que a Câmara Municipal não tem receita, logo o Município não pode contribuir, também não consegue fazer face a tantas necessidades. Visto que a câmara não tem fins lucrativos tudo o seu lucro é para voltar a distribuir.

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu dizendo que no âmbito desta situação económica foi pensada esta taxa, o que é diferente é hoje pensar de uma maneira e à manha pensar de outra maneira, isso é que é distinto que é aquilo que a Deputada Luísa Currito está a fazer. É à que diferenciar estas situações.

A Sr.^a Luisa Currito disse que: “sei que noutra momento votei as taxas máximas, mas assumindo um compromisso de votar favoravelmente para as baixar quando se justificasse. O momento é este, as conjunturas são diferentes. Não tenho complexos em mudar quando é para melhorar”.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação.

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria de aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal,

Com:

17 votos favoráveis da bancada do PSD;

6 votos contra, 4 da bancada da PS e 2 da bancada do CDU.

As bancadas do PSD e do PS entregaram declaração de voto.

9. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS;

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: João Ribeiro, José Cruz e Messias Carvalho.

O Sr. João Ribeiro disse que o problema é sempre a credibilidade dos gestores, ou são bons ou não são. É verdade que os que ganham mais, pagam mais impostos. Mas o problema é que isto cai sobretudo sobre a classe média. Por isso vamos votar contra

O Sr. José Cruz disse que votavam favoravelmente, porque esta proposta vai no sentido da câmara não repartir os dividendos referentes ao assunto em epígrafe. Isto resulta de uma armadilha do Governo do PS, em que o Sr. José Sócrates estendeu às autarquias aqui a alguns anos e que fez com que os Municípios andassem a dizer que faziam bem às populações e outros não cobrando. Este imposto de IRS é um imposto progressivo, logo a autarquia não pode abdicar de ficar com essa

percentagem. Tem que ficar na nossa autarquia porque se vamos devolver vamos devolver àqueles que têm mais e isso não é correto.

O Sr. Messias disse que é incompreensível que o PS se preponha não cobrar os que mais têm (isto é um imposto variável) nós não podemos compactuar com uma proposta destas, no tempo de crise que todos nós atravessamos como é possível alguém sugerir uma contra proposta destas.

Neste ponto o Sr. Deputado José Pires não votou por ter vínculo com a Câmara Municipal e a elaboração da proposta.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação.

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria de aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal,

Com: 18 votos favoráveis, 16 da bancada do PSD e 2 da bancada da CDU;

4 votos contra da bancada da PS.

As bancadas do PSD e do PS entregaram declaração de voto.

10. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM;

Interveio o Sr. Deputado Municipal José Cruz.

O Sr. José Cruz disse enquanto existirem os direitos de passagem nos modos que existem, manifestarei sempre a minha profunda indignação. Não pelo fato do valor, mas, cada vez que vejo a minha fatura de eletricidade e aí está escrito direito de passagem eu revolto-me sempre. Pois, a minha Câmara Municipal e as outras Câmara estão a servir de cobradores das empresas sejam elas públicas ou privadas e isso tem de ser resolvido não podem ser as câmaras intermediárias e os outros receberem o dinheiro. Isto deveria ser considerado no valor final das faturas, os serviços prestados, e assim fica a Câmara Municipal como cobradora do imposto.

O Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação.

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria de aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal,

Com: 17 votos favoráveis da bancada do PSD;

6 abstenções, 4 da bancada do PS e 2 da bancada da CDU.

11. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DE MONTE GORDO NASCENTE.

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: João Ribeiro, José Cruz, Carlos Lança, António Carita e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

O Sr. João Ribeiro disse que a bancada do PS iria abster-se devido a uma série de incongruências que constam da declaração de voto que vamos entregar.

Exemplos: acabaram com o Parque de Campismo sem ainda ter sido construído outro, o que sempre foi compromisso do PS.



A titularidade que é preciso esclarecer. O parecer negativo da Comissão Nacional da REN, a base de licitação é inferior à do valor que está inscrita a favor da SGU.

O Sr. José Cruz disse que o referido o Plano de Pormenor, sobre ausência de concurso; houve um Governo, (não da CDU que nunca o teve), a possibilidade dos empresários pagaram os planos supervisionários pelas entidades públicas. O Plano começou a ser feito e não ia no sentido do interesse público, e foi colocado de parte. De resto, retificar, não somos contra o Plano que acham muito bem, mas o desfazamento temporal entre o Plano e a construção do novo Parque de Campismo.

O Sr. Carlos Lança disse que isto já consta do P.D.M. desde que foi discutido nos anos 80 e aprovado 1991.

O Sr. António Cabrita disse que ao longo da noite tentou ouvir tudo o que fosse receita para melhorar as condições económicas do Município e do concelho. O que eu ouvi sempre foi uma contrariedade pela parte do P.S. o qual, já se esqueceu que foi a política imobiliária do concelho por parte do P.S.

O Presidente da Câmara Municipal disse que a aprovação do Plano pormenor que há muitos anos se fala. Todos os programas eleitorais dos três principais partidos, desde os anos 80, falam da reconversão do Parque de Campismo de Monte Gordo.

Eu 1996 a CDU no poder aprovou a elaboração do Plano Pormenor do Parque de Campismo em causa, mas que fosse a MOGAL a financiar e elaborar o Plano. Foi aprovada na altura em reunião por unanimidade pelo P.S. e pela CDU. No acordo de passagem das matas para a câmara Municipal. Aliás, pretende-se avançar com dois parques de campismo, um na freguesia de Monte Gordo e outro na Freguesia de Vila Real de Santo António num terreno que a Câmara Municipal paga a renda, o que ficou anos sem ser paga o atual executivo pagou o que estava em atraso.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação.

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria de aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal,

Com:

17 votos favoráveis da bancada do PSD

4 abstenções da bancada da PS.

2 votos contra da bancada da CDU;

A bancada do PS entregou declaração de voto.

Período de intervenção do público

Não houve intervenções do público.

E de tudo, para constar, se lavrou esta acta sob forma de minuta, que foi aprovada por unanimidade, que refere ao texto principal das deliberações, cuja leitura foi feita em voz alta.

Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas 23 horas e 40 minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário



DECLARAÇÃO DE VOTO DA BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA

NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VRSA

Assunto: ADENDA PARA ALTERAÇÃO AO CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA E.M. S.A., PARA A REABILITAÇÃO E EXPLORAÇÃO CONJUNTA, DE IMÓVEIS SITUADOS NO CENTRO HISTÓRICO, PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E DA VRSA SGU EM SA.

Atendendo ao voto favorável mas condicionado da Sr.a Vereadora Jovita Ladeira sobre esta proposta em reunião de Câmara conforme ficou lavrado em acta que a seguir se transcreve:- *A Sra.Vereadora Jovita Ladeira referiu que o Projecto para reabilitação e exploração conjunta de imóveis situados no centro histórico, propriedade do município e da VRSA SGU com fim turísticos tinha tido à data o voto favorável do PS já que era uma iniciativa interessante para alavancar economicamente a zona. No entanto a proposta de alteração ora apresentada e em discussão ia no sentido de que todo o processo de concurso, selecção, adjudicação e subsequente contratação do Concurso Publico fosse alocado exclusivamente à VRSA SGU. A Vereadora não concorda com este princípio já que o negócio em causa pode movimentar grandes interesses financeiros e a Câmara Municipal fica arredada de qualquer informação e qualquer tipo de fiscalização, pelo que propôs que se integrasse a obrigatoriedade da VRSA SGU enviar ao Órgão Câmara Municipal o processo de concurso para análise e votação sendo o mesmo vinculativo.*

A proposta foi aceite pelo Senhor Presidente.

Os deputados da bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de VRSA

Votam favoravelmente esta proposta de forma condicionada e em linha de coerência com a alteração proposta a esta Adenda pela Sr.a Vereadora Jovita Ladeira, o que na prática significa que o preceituado da alínea 1.3. Cláusula Segunda deste Contrato terá de ser substantivamente alterado.

VRSA, 30-11-2011

João Ribeiro



Víctor Pereira



Luísa Currito



Carina Rosado





Declaração de Voto


Assunto Fixação das Taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis

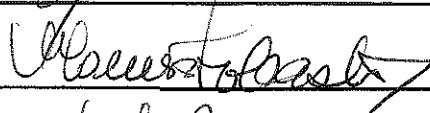
O Partido Socialista vota contra esta proposta por ser coerente com a tomada de posição tomada na reunião de Câmara e por considerar que não se deveria aplicar o escalão máximo permitido por lei, já que as famílias se encontram em situação de crise difícil, despesas de educação com os filhos, situação de desemprego, cortes nos vencimentos, pagamento de empréstimos da casa, diminuição de abonos de família entre outras.


Consideramos que a autarquia deveria neste momento revelar o seu espírito de solidariedade social e baixar as respectivas taxas para 0.6 e 0,3 respectivamente.

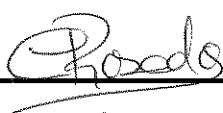
Vila Real de Santo António, 30 de Novembro de 2011

Os Deputados Socialistas









DECLARAÇÃO DE VOTO DA BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA

NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VRSA

Assunto: PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS

Considerando que:

1-Foi feita pela Sr. Vereadora Jovita Ladeira uma proposta alternativa de 3% em vez de 5% na taxa de IRS a cobrar pelo Município, como forma de ajudar as famílias neste período crítico que o país atravessa. Os restantes 3% seriam alocados ao Plano Local de Combate ao Desemprego.

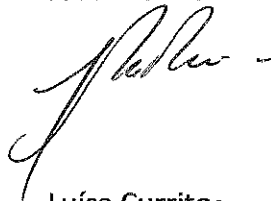
2- São as classes trabalhadoras por conta de outrem que são as mais atingidas até porque não têm expedientes que permitam alguma forma de evasão fiscal.

3- Há que dar um sinal positivo às classes média e média baixa que seriam as principais beneficiárias desta devolução em sede de benefícios fiscais, como fazem algumas autarquias com elevado sentido de rigor, sentido de responsabilidade e solidariedade para com os seus munícipes, ao preferirem cortar nas gorduras supérfluas como sejam as de representação faustosa, assessorias externas, eventos festivaleiros de duvidoso retorno, meios de locomoção luxuosos, etc.

Os deputados da bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de VRSA votam contra esta proposta em linha de coerência com a proposta alternativa feita pela Sr.a Vereadora Jovita Ladeira, em reunião de Câmara, que foi rejeitada por maioria.

VRSA, 30-11-2011

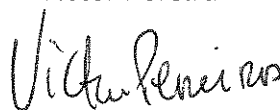
João Ribeiro



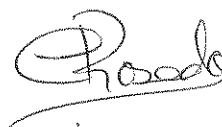
Luísa Currito



Víctor Pereira



Carina Rosado



Declaração de voto

Quicada PSD

→ O IIR é um fator fundamental na
regulamentação do Município.
→ Por que ~~fundamental~~ ^{parte} garantir

deveres do Município, por que se

18% da população paga IIR,

sendo que o escolar não

foi este isento. O PSD

em demagogia votou favor

velmente e propõe de

Município.

~~Alcides~~
Alcides A. L. L.

PSD registrado

Quicada
MEX, 30/11/44
ESUMAR

Declaração volt.

Declaração PSD

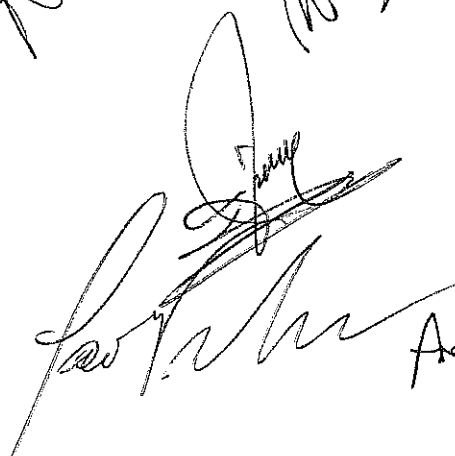
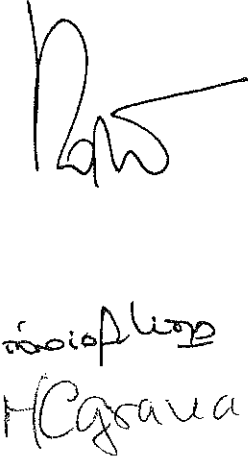
O PSD votou favoravelmente
a proposta de ~~amenda~~ - p.
por importante:

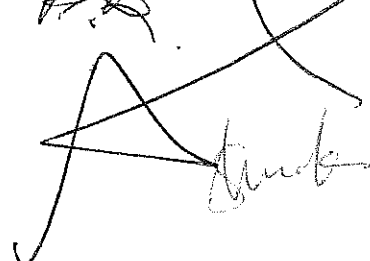
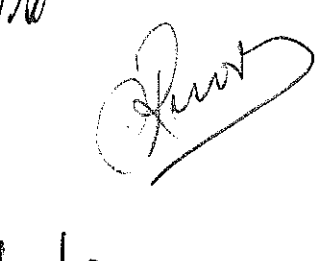
— Manter o atual plano
que permite manter as
políticas sociais

— Manter a sustentabilidade
do Estado do Maranhão

Associação
HC Graúdo

LMK

2 de 11/2019

DECLARAÇÃO DE VOTO DA BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA

NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VRSA



Assunto: PLANO DE PORMENOR DE MONTE GORDO NASCENTE

Considerando que:

1- Muito embora o Partido Socialista assuma como sempre assumiu uma posição proactiva em relação à urbanização dos terrenos do Parque de Campismo de Monte Gordo, fê-lo sempre de uma forma responsável com o compromisso iniludível de só avançar após a deslocalização e pleno funcionamento do parque actual. Há que respeitar em primeiro lugar os utilizadores, os trabalhadores e clientes a montante e a jusante deste importante pólo de actividade económica e cartaz turístico do naturismo do concelho.

2- Há sérias dúvidas quanto à legalidade do recurso ao registo de titularidade por usucapião de uma parcela significativa do terreno do Parque alvo deste PP, quando se sabe que essa parcela foi cedida, existindo documentação que comprovativa, pelo Estado para uso exclusivo de actividades de campismo, sob pena de reversão do bem a favor do Estado. Foi pedida documentação esclarecedora que não nos foi apresentada.

3- Constata-se que o PP foi aprovado pela CREN no que diz respeito à alteração da delimitação da REN (Reserva Ecológica Nacional), embora com pareceres técnicos desfavoráveis dos:

- Membro do Governo responsável pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território, oriundo do ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

- Representante do Governo pela área da Protecção Civil.

- Personalidade de reconhecido mérito na área de economia, Professor Ricardo Aguiar.

4- Houve um prévio edital de venda e hasta pública já consumada relativa a estes terrenos do PPMGN, sendo que a base de licitação de 23,4 milhões de euros é muito inferior ao valor de inscrição na SGU que é de 38 milhões de euros. Há fortes indícios de que será atingido um valor de venda desastroso para o erário do município, com a agravante desse terreno ter sido previamente dado como garantia hipotecária para aquisição de linhas de crédito a uma instituição bancária por um valor seguramente superior.

5- Nestas condições a escritura de venda imporá a necessidade de cobertura do diferencial entre o diferencial desses valores para efeitos de libertação de ónus e encargos apenas ao bem.

6- Em resumo essa venda, tudo indica, será um péssimo negócio – mais um exemplo concreto de delapidação patrimonial.

7- Por fim e prosseguindo uma corrida desenfreada de venda de valores patrimoniais desde 2010, na sequência da desafectação do domínio público para o domínio público privado de relevantes bens patrimoniais desta comarca, nunca houve a mínima preocupação por parte deste Executivo de alocar o produto pecuniário dessas vendas, quando concretizadas, a favor da aquisição de outros bens patrimoniais ou a favor da criação de infra-estruturas básicas e essenciais para o concelho, com é obrigação legal.

Nestas condições

os deputados da bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de VRSA, muito embora considerem as virtudes e qualidades do projecto desde a taxa de ocupação, à tipologia, passando pelas potencialidades de incremento económico que pode acarretar abstêm-se na votação desta proposta pelas razões ponderosas constantes dos considerandos acima referidos.

VRSA, 30-11-2011

João Ribeiro



Víctor Pereira



Luísa Currito



Carina Rosado

